III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva
São Paulo, 2014

EIXO TEMÁTICO:

( ) Ambiente e Sustentabilidade ( ) Crítica, Documentação e Reflexão ( ) Espaço Público e Cidadania
(X) Habitação e Direito à Cidade ( ) Infraestrutura e Mobilidade ( ) Novos processos e novas tecnologias
( ) Patrimônio, Cultura e Identidade

O processo SAAL de Portugal: antecedentes e linhas gerais de metodologia participativa de projeto de habitação social

The SAAL case of Portugal: background and outlines a participatory design methodology for social housing

Caso SAAL de Portugal: antecedentes y esboza una metodología de diseño participativo para habitación social

SANCHES, Débora (1);

COELHO, António Baptista (2);

MARQUES, Carlos Almeida (3)

(1) Doutoranda, Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM, PPGAU, São Paulo, SP, Brasil; email: deborasanches@uol.com.br

(2) Doutor, Investigador, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, LNEC, Lisboa, LX, Portugal; email: abc@lnec.pt

(3) Doutor, Investigador, Grupo de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, CAPP-ISCSP-UL, Lisboa, LX, Portugal; email: camarques@iscsp.ulisboa.pt

O processo SAAL de Portugal: antecedentes e linhas gerais de metodologia participativa de projeto de habitação social

The SAAL case of Portugal: background and outlines a participatory design methodology for social housing

Caso SAAL de Portugal: antecedentes y esboza una metodología de diseño participativo para habitación social

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar o processo do SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado na transição democrática, no pós 25 de abril de 1974, anos que se seguiram à deposição do regime autoritário do Estado Novo em Portugal. Os princípios que nortearam o SAAL foram pautados basicamente em duas perspectivas: na articulação entre os diversos agentes, dentre eles, arquitetos, assistentes sociais e funcionários de órgãos públicos para a elaboração de projetos de Arquitetura e Urbanismo e na participação ativa dos moradores, tendo em vista à conquista da moradia digna, estimulando os movimentos sociais a organizar ações de luta pelo direito à cidade. A experiência do SAAL foi incorporada nesse momento de mudança da política habitacional, no qual foi desencadeado processo de planejamento integrado de projetos de habitação, infraestrutura e gestão urbana. Para tanto, apresenta informações sobre vários aspectos, como as Áreas Urbanas de Génese Ilegal e o contexto da habitação social; aspectos globais associados à fundamentação teórica dos processos participativos de habitação; medidas e processos precursores das ações habitacionais participativas em Portugal; projetos habitacionais de referência e o legado das cooperativas habitacionais.

PALAVRAS-CHAVE: SAAL, direito à cidade, política habitacional, processos participativos de habitação social

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the process of SAAL - Service Local Clinic Support Servic, created during the political transition to Democracy after the 25th of April, 1974, years that followed the overthrow of the authoritarian Estado Novo regime in Portugal. The main factors that contributed to such transition are connected with the active participation of residents to get the right to decent homes, fostering movements of residents, involved in the fight for the "right to the city" and in the elaboration of architecture and urbanism projects. The results of these actions were included in the politics of housing change, integrating infrastructure, housing and urban management planning. The paper therefore introduces the "Areas Urbanas de Genese Ilegal" (i.e., Urban Areas of Illegal Origin) and the context of social housing; then it provides information on global aspects associated with the theoretical foundation of participatory processes related to social housing; precursor measures and procedures of participatory actions in Portugal; some reference projects and the legacy in housing cooperatives.

KEY-WORDS: *SAAL, right to the city, politics of housing, participatory processes related to social housing*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el proceso de servicio SAAL -Servicio de Apoyo al Dispensario Local, creado durante la transición política del retorno de la democracia pos 25 de abril 1974, años que siguieron al derrocamiento del régimen autoritario del Estado Novo en Portugal. Los principios que guiaron este período se orientan por la participación activa de los residentes para la conquista de una habitación digna, estimulando los movimientos de los moradores organizados en las acciones de lucha por el derecho a la ciudad y la aproximación de los técnicos para la elaboración de proyectos de arquitectura y urbanismo. La experiencia do SAAL fue incorporada durante el proceso de cambio de la

política de habitación a la idea de planeamiento integrado que incluye la relación entre infra-estructura, habitación y la gestión urbana. Para esto, se presentan informaciones sobre Áreas Urbanas de Génesis Ilegal en el contexto de la habitación de interés social; aspectos generales asociados a la fundamentación teórica de los procesos participativos para la conquista de la habitación; medidas y procesos precursores de acciones participativas en Portugal para el logro de habitación de interés social y también algunos proyectos que tienen como referencias la herencia de las cooperativas de habitación.
PALABRAS-CLAVES: *SAAL, derecho a la ciudad, política de habitación, procesos participativos, habitación de interés social*

1 INTRODUÇÃO

Portugal e Brasil têm em comum mais do que uma língua, os dois países assemelham-se na história do processo de crescimento de suas metrópoles, principalmente relacionadas à questão habitacional para a população pobre, não atendida com moradia digna.

A construção informal ou clandestina tem incidência nas áreas metropolitanas de países, como Brasil, Portugal, Espanha, França, Grécia, Itália, com especial enfonque nos países associados às línguas portuguesa e espanhola. Esse fenômeno urbanístico, na região de Lisboa, também aponta para a existência de loteamentos clandestinos, sendo uma das mais importantes formas de crescimento (espontâneo), não planejado, de caráter especulativo e marcado por numerosas patologias urbanísticas.

Em Lisboa e Porto, o surgimento das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)[1] pode ser entendido, como consequência da interação de um conjunto de fatores. Nos anos de 1940, a população da Área Metropolitana de Lisboa (AML) pouco ultrapassava um milhão de habitantes, mas, até o início dos anos de 1980, teve um crescimento muito rápido, atingindo os 2,5 milhões. Além disso, o elevado preço das casas e dos terrenos no mercado legal levaram ao surgimento de um comércio paralelo ilegal de oferta de loteamentos clandestinos. Entre os aspectos que incentivaram essa procura, destacam-se o baixo preço dos lotes, o loteamento de baixa densidade e a possibilidade de desenvolver um processo de autoconstrução evolutiva a preços reduzidos. E pode considerar-se mesmo, que muitos dos que residem nesses bairros clandestinos tiveram, nessa alternativa, a única solução de acesso a uma habitação.

A partir desse cenário, este artigo[2] aborda uma síntese da experiência do programa SAAL desenvolvida, no período de 1974 a 1976, pois caracteriza-se por aspectos singulares e participação ativa das populações, tendo sido um momento singular na história das politicas públicas de portugal, com o retorno da democracia, no pós 25 de abril de 1974, fase denominada de transição política. Essa importante conjuntura histórica abriu espaços de debate a partir das proposições apontadas pela luta dos movimentos sociais pelo direito à cidade e das novas formas de intervenção do Estado. Destaca-se a metodologia do trabalho que integrava o processo participativo de técnicos e moradores no planejamento, projeto e construção. É fundamental, conhecer a experiência do SAAL para colaborar no

[1] Lei nº 91/95 de 2 de setembro, alterada pela Lei nº 165/99 de 14 de setembro.
[2] Texto elaborado no âmbito da pesquisa de Doutorado de Débora Sanches, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo com bolsa do Fundo Mackpesquisa; parte desta pesquisa conta com bolsa Capes do Programa PSDE–Proc.n.99999.013868/2013-06, em andamento no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em Lisboa, Portugal.

desenvolvimento de politícas públicas de habitação social de forma democratica e integrada à comunidade.

2 BREVE CONTEXTO DA QUESTÃO HABITACIONAL EM PORTUGAL ANTES DO SAAL

Segundo Pereira (1994), desde 1881, são muito conhecidas as condições habitacionais de miséria da classe operária nos grandes centros urbanos, em particular, Porto e Lisboa. A política higienista[3] efetivada, em 1910, para combater as moradias operárias insalubres, teve caráter de regulamentar e normatizar medidas legislativas que instruíram a construção de bairros sociais de habitação de interesse social[4], que, por sua vez, não surtiram os efeitos na constituição de ampla política habitacional, tão necessária ao país.

Nas décadas de 1930 a 1960, a habitação social para as camadas mais desfavorecidas eram disponibilizados pelo Estado, em número insuficiente. A construção de habitação para a classe média baixa, essencialmente nas periferias, na sua maioria, era desenvolvida por promotores privados, com uma qualidade construtiva razoável, mas a preços ainda assim elevados para muitas famílias. (TEIXEIRA, 1992).

Nos anos seguintes, da década de 1960 e 1970, o Estado aumentou a quantidade de unidades de habitação social, mas não acompanhou o déficit habitacional. Consequentemente, os resultados foram o desenvolvimento dos bairros de barracas[5], desde as décadas de 1940 e 1950 e de bairros clandestinos, também denominados Áreas Urbanas de Génese Ilegal, no entorno do Porto e de Lisboa, nas décadas de 1960 e 1970.

3 CENÁRIO ANTERIOR AO SAAL – PROCESSO DE DESENHO

ASPECTOS GLOBAIS ASSOCIADOS À FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DOS PROCESSOS HABITACIONAIS PARTICIPATIVOS

No sentido de apontar experiências e reflexões sobre habitação social de baixo custo e participação da população, ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, destacam-se, neste artigo, algumas referências importantes de projetos executados na perspectiva da participação social.

Em 1976, o arquiteto austríaco Christopher Alexander desenvolveu importante experiência em Mexicali, no México, com a construção de casas e edifícios comunitários com materiais da região, em sistema de autoconstrução, cujas famílias eram assistidas por arquitetos e alunos. As tipologias das casas seguiam os anseios e necessidades de cada família. As coberturas das casas tinham formato em abóbadas, as quais eram montadas com tiras de treliças, depois recebiam pano de saco e tela de galinheiro grampeada formando a casca e rebocada por cima; uma pequena fábrica de blocos de solo-cimento foi construída (BANDEIRINHA, 2007).

Na década de 1960, o arquiteto americano e estudioso da questão fundiária, Charles Abrams (1967) escreveu a respeito da realidade habitacional de muitos países pobres e, em relação à arquitetura, tinha um posicionamento crítico ao ensino, à alienação sobre os problemas reais e à inaptidão do arquiteto para outras competências, para além do desenho. Abrams

[3] Para aprofundar o fenômeno das cidades após a revolução industrial, ver Engels, 1873.
[4] Conforme Coelho (2006), o primeiro bairro social foi construído pelo Estado, em Lisboa, em 1918.
[5] São os assentamentos informais com moradias precárias e carentes de infraestrutura básica, também chamados bairros de lata.

desenvolveu uma crítica, sobretudo, aos manifestos funcionalistas e aos postulados universais do movimento moderno. Abrams defendia a atuação profissional, no contexto local, aproveitando recursos, materiais e técnicas construtivas do local com ajuda mútua entre moradores e assistência técnica. Em relação à dinâmica urbana, acreditava nas centralidades espontâneas, na evolução econômica da população sem financiamento externo e na progressiva melhoria das condições de vida.

O egípcio Hassan Fathy influenciou muitas gerações com uma arquitetura voltada para as aldeias carentes camponesas do Egito, que combinava materiais antigos regionais, métodos e design, com o objetivo de reviver laços comunais e respeitar sentimentos tradicionais. A proposta visava o envolvimento dos habitantes locais no treinamento e na construção de suas próprias casas; procurou reabilitar tecnologias, como o tijolo feito de adobe. Em 1973, escreveu o livro "Construindo com o povo: arquitetura para os pobres", no qual relata essa experiência de realização de projeto de arquitetura com os camponeses, por meio de mutirão no processo construtivo.

O arquiteto britânico John F. C. Turner (1968; 1972; 1976) trabalhou na reconstrução dos assentamentos precários e programas de urbanização de favelas no Peru, de 1957 a 1965, período em que o debate sobre o desenvolvimento comunitário, a autoajuda e a política de habitação estava em voga naquele país. E este arquiteto defende a autoconstrução e autogestão dos futuros moradores.

Em 1964, o arquiteto brasileiro Carlos Nelson Ferreira dos Santos[6] desenvolveu a experiência de projeto de urbanização e de autoconstrução na favela Brás de Pina no Rio de Janeiro, com participação ativa de técnicos e comunidade. Escreveu o livro "A cidade como um jogo de cartas", com o objetivo pedagógico de "ensinar" à população as regras dos diferentes "jogadores" (atores) da cidade (SANCHES; ALVIM, 2013).

As analogias entre essas referências, aqui destacadas, estão presentes na democratização da arquitetura com a construção de moradias aos setores pobres da sociedade, a partir das necessidades dos moradores e, sobretudo, na valorização da construção de habitações com materiais da região, na autogestão e na assistência técnica participativa e discutida com os habitantes.

MEDIDAS E PROCESSOS PRECURSORES DAS AÇÕES HABITACIONAIS PARTICIPATIVAS EM PORTUGAL

Na Europa do pós-guerra, a casa-máquina de habitar, realizada a partir da célula mínima, serviu de gênese funcional à resolução das novas estruturas familiares e dos novos modos de vida; a funcionalidade assumia, assim, um papel protagonista e muito centrado no edifício.

Em Portugal, na década de 1950, uma geração[7] acreditava que a arquitetura tinha a capacidade de transformar o comportamento das pessoas e de melhorar as condições de habitação para a população de menor renda. Nesse contexto, os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral realizaram o projeto de blocos de habitação coletiva para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), fundada, em 1924, em defesa dos interesses dos

[6] Em 1972, Carlos Nelson Ferreira dos Santos apresentou a experiência de Brás de Pina em conferência no LNEC, em Lisboa (BANDEIRINHA, 2007).
[7] Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Francisco Silva Dias, Alexandre Alves Costa e Bartolomeu Costa Cabra, entre outros.

arrendatários de casas. Essa associação tinha uma ideologia próxima à do Partido Comunista e propunha que os participantes não seriam proprietários, mas fariam parte de um sistema denominado "inquilinato cooperador", no qual os cooperantes seriam inquilinos de uma cooperativa, como um dos caminhos para a resolução do problema habitacional (BANDEIRINHA, 2007; TAVARES, 2009).

A AIL realizou, em 1957, a exposição "O Cooperativismo Habitacional no Mundo" na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, onde foi apresentado um modelo de casa em escala real de uma célula habitacional, denominada a *Casa Protótipo*[8]. Ela foi projetada pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral com o objetivo de divulgar o novo conceito de modernidade da família com impacto na disposição dos espaços da casa e, portanto, dos novos modos de habitar associados a experimentação técnica, funcional e formal[9] (TAVARES, 2009).

Na continuidade deste processo, foi realizado um colóquio sobre o problema da habitação intitulado "Aspectos sociais na construção do habitat", no Sindicato Nacional dos Arquitetos, em 1960, com a presença do sociólogo francês Chombard de Lauwe que apresentou o relatório "Sociologia da Habitação – Métodos e Perspectivas de Investigação". Nesse trabalho, ele discutiu a pesquisa realizada nos bairros sociais da França, argumentando que não basta aplicar técnicas e materiais avançados para abrigar os homens, mas sim, conhecer suas necessidades, com equipes de arquitetos, engenheiros e representantes das ciências humanas[10]. Nuno Portas apresentou o texto "Problemas da célula familiar," no qual enfatizou o campo da sociologia e a critica espacial. A principal recomendação do colóquio foi a de que os **novos projetos de habitação deveriam ser desenhados em função da necessidade de cada grupo da comunidade**[11] (BANDEIRINHA, 2007).

Ao longo da década de 1960, Nuno Teotónio Pereira tem participação essencial na discussão da política habitacional. Em 1965, escreveu o texto "Obter a colaboração de representantes dos utentes de todos os sectores", no qual insiste na necessidade de adquirir **a colaboração de representantes de todos os setores para construir uma política habitacional eficaz.** Em 1967, ainda no âmbito da AIL, Pereira organiza o colóquio sobre o "Problema Habitacional" e, na sequência, em 1969, no "Colóquio de Urbanismo, apresenta o texto "Habitações para o maior número"", cujo teor dizia que questão habitacional não é apenas quantitativa, de escala, mas sim, de atendimento às condições habitacionais específicas. Essa questão não se configura apenas em exaustivas habitações, **mas em conjuntos urbanos equilibrados, organizados e equipados.** Em outra parte do texto, Pereira critica a preferência por parte do poder publico de relativamente a soluções autoritárias, incentiva o empenho popular e potencializa o interesse da **autoconstrução,** exemplificando com as experiências internacionais, como as de Carlos Nelson Ferreira dos Santos na Favela Brás de Pina no Brasil e de Hassan Fathy no Egito[12].

O Ministério das Obras Públicas realizou, em junho de 1969, no LNEC, o colóquio sobre Política da Habitação, no qual foram debatidos temas com conteúdos abrangentes relacionados a aspectos sociais, econômicos, técnicos, culturais e jurídicos. O texto final do colóquio foi

[8] No período de 30 de março a 7 de abril de 1957, a casa recebeu visita de cerca de 10.000 pessoas; em seguida ela foi desmontada, mas o conjunto habitacional não foi construído, porque a Câmara Municipal não fez a doação do terreno que havia prometido (TAVARES, 2009).
[9] Semelhante à Casa do Futuro dos Smithsons, em 1956, em Londres.
[10] Ver Chombard de Lauwe, 1960.
[11] Os grifos que se seguem são dos autores deste texto.
[12] Ver Pereira, 1980.

dividido em sete capítulos: Enquadramento da habitação no desenvolvimento econômico e social; Integração da habitação no planejamento urbanístico; Política de solos; Financiamento da habitação; Execução da habitação; Estrutura orgânica do setor público do domínio da habitação e Direito à habitação num contexto de eficácia social e econômico[13]. Em dezembro do mesmo ano, aconteceu o Encontro Nacional de Arquitetos (ENA) na Sociedade Nacional de Belas-Artes, no qual grupos de trabalho debateram cinco temas: "Sindicalismo"; "Política de Solo"; "A repercussão na atividade do arquiteto das atuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas"; "Participação popular e trabalho do arquiteto no desenvolvimento urbano" e "Comunicação como contestação" (BANDEIRINHA, 2010).

Segundo Bandeirinha (2007), no fervor dessa conjuntura do início da década de 1970 e no seguimento das atividades, as reflexões sobre o legado dos colóquios e encontros aconteciam regularmente no ateliê de Nuno Teotónio Pereira, além dos debates de textos apresentados no ENA, como "Participação popular e actividade do arquitecto"; "Preparar as populações para o exercício dos seus direitos e preparar os quadros técnicos para o serviço dessas populações"; "Equipas de apoio local", entre outros[14]. Os participantes desejavam, sobretudo, o despertar dos movimentos sociais urbanos e a transformação do contexto socioprofissional do exercício da arquitetura. Neste período Nuno Portas e Margarida Sousa Lobo esboçaram um modelo de intervenção técnica interdisciplinar e de habitação evolutiva com envolvimento direto da população para o bairro de lata da Quinta do Pombal.

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) teve papel importante na pesquisa sobre cidade e habitação, ainda no contexto da década de 1970, com a presença de Nuno Portas, funcionário e investigador do laboratório, que estudava a questão do habitat, incluindo visitas a países que apresentavam experiências sobre "alojamento participado", como Brasil, Marrocos e Peru. Portas escreveu o relatório sobre "habitação evolutiva" com Francisco Silva Dias. Nessa mesma década, outro arquiteto no LNEC, Alexandre Alves Costa, elaborou um estudo de racionalização e sistematização de projetos habitacionais com o intuito de produzir uma série tipológica para aperfeiçoar as relações espaciais.

Com a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, após quatro décadas de ditadura do Estado Novo e a herança adquirida em todo processo anterior de encontros e reflexões houve amadurecimento para a construção de uma **Nova Política Urbana** e convite do Governo Provisório a Nuno Portas para dirigir a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo[15].

Salienta-se, ainda, que o breve relato anterior teve o objetivo principal de demonstrar que, em mais de duas décadas, em Portugal de 1950 a 1970, vem ocorrendo uma sinergia entre diversos profissionais e estudantes de arquitetura, a partir dos encontros, colóquios, congressos que ajudaram a estabelecer os princípios de uma nova forma de atuar com comunidades carentes de moradia e de cidade digna, frente aos inúmeros problemas urbanos que o país apresentava.

[13] Ver Fernandes et al., 1969.
[14] Ver Pereira, 1980.
[15] Nos dias 22 e 23 de junho de 1974, em Lisboa, Nuno Portas reuniu um conjunto de personalidades ligadas às questões da habitação e da cidade para debater o assunto, como Manuel Castells, Bernardo Secchi, Manuel de Solà-Morales, Jordi Borja, Martín Echenique e Pailo Ceccarelli. As conclusões do encontro apontaram a diversidade de soluções para a questão habitacional em Portugal (BANDEIRINHA, 2007).

4 LANÇAMENTO DO SERVIÇO DE APOIO AMBULATÓRIO LOCAL – SAAL

Como já foi apontado, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) nasceu a partir da Revolução dos Cravos, praticamente como exigência decorrente da necessidade de mudanças e de transformações propostas pelos movimentos sociais no âmbito de verdadeira Política de Desenvolvimento Social e Habitacional.

A Nova Política Urbana estabeleceu inúmeras ações, entre elas, o despacho, ato de iniciativa do Ministério da Administração Interna e do Secretario de Estado da Habitação e Urbanismo (LISBOA, 1974). Isso significa que se instituiu oficialmente a organização da operação do SAAL, com o objetivo de obter apoio das prefeituras municipais em prol da população carente de moradia digna. Nesses encontros, colocavam-se, frente a frente, as brigadas técnicas (equipes técnicas especializadas de arquitetos e estudantes que desenvolviam diagnósticos, planos e projetos) e as associações de moradores, no sentido de colaborarem na transformação da cidade e melhoria da qualidade de vida.

Em Portugal, como essa experiência era inédita, as diretrizes de estruturação orgânica do SAAL foram desenhadas a partir de diversas reuniões e encontros, para aprofundar os temas, como o estatuto do solo; a delimitação do objeto das intervenções; as formas de auto-organização dos moradores e as modalidades de financiamento da construção. Esses aspectos foram debatidos no plenário realizado, em novembro de 1974, no LNEC e, que conta entre os convidados John F. C. Turner.

Nesse contexto, o processo do SAAL foi formatado com a articulação de um conjunto de atores, como os moradores organizados, de áreas urbanas com problemas de carência habitacional, os técnicos e intelectuais ligados às políticas habitacionais e urbanas e o Estado central e local por meio das câmaras municipais.

As operações SAAL, como eram designadas, iniciavam-se com as brigadas técnicas multidisciplinares que faziam a identificação das áreas de intervenção, passando pela definição das ações a serem realizadas e, depois, o projeto e construção. Os moradores organizados participavam ativamente de todo o processo, muitas vezes, com mão de obra, recursos monetários ou combinações de ambos. O Estado, tanto central como local, era responsável pela organização e gestão do SAAL[16], pela aquisição de terrenos e materiais de construção e realização de obras de infraestrutura viária.

Os princípios que direcionaram a concepção do SAAL foram à iniciativa, o empenho e a organização social dos próprios moradores no sentido de transformar as condições habitacionais, tendo como horizonte o incentivo à capacidade de auto-organização. Além disso, outros aspectos foram fixados, como a autonomia na gestão do projeto e da obra para garantir vínculos mais fortes entre os moradores durante a escolha do terreno, o desenvolvimento do projeto de arquitetura e a construção habitacional e urbana; a incorporação dos recursos próprios, porque quanto mais recursos forem investidos na construção das casas mais forte o sentimento de apropriação em relação à moradia e ao bairro; a descentralização da promoção habitacional e distribuição dos técnicos pelo território nacional e a iniciativa experimental para abrir caminhos na perspectiva da reforma sistemática das práticas correntes. (BANDEIRINHA, 2007).

[16] Divididos nas regiões Norte, Centro-Sul e Algarve do país.

A tese de doutorado "O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974" de José António Bandeirinha, realizada em 2002, conseguiu reunir significativo material sobre o SAAL, que estava disperso; entre eles, 96 projetos, nos quais muitos foram construídos, conforme se ilustra nas figuras 1, 2, 3 e 4, que são a seguir, apresentadas:

Figura 1: bairro Casal das Figueiras, Setúbal

Fonte: arquivo pessoal António Baptista Coelho, ano 2005

Figura 2: bairro Quinta das Fonsecas, Lisboa

Fonte: arquivo pessoal António Baptista Coelho, ano 2005

Figura 3: bairro Alto do Moinho, Lisboa

Fonte: arquivo pessoal António Baptista Coelho, ano 2005

Figura 4: bairro Bouça, fase final de reabilitação e acabamento deste bairro, Porto

Fonte: arquivo pessoal António Baptista Coelho, ano 2010

As associações de moradores, para além da conquista da moradia informavam a população sobre suas atividades, por meio de jornais, como reflexões, manifestações e debates, incluídas as mobilizações de massa que se manifestavam em diversas formas de democracia participativa.

Contudo, a transição política da ditadura para a democracia não conseguiu acompanhar o processo SAAL e, portanto em outubro de 1976, um despacho determinou sua extinção. As razões provavelmente são muitas, entre elas, a falta de maturação de um processo novo, pois não havia experiências anteriores de participação; até mesmo desconfianças de ordem financeira sobre as brigadas técnicas apareceram. Os técnicos envolvidos no processo apresentaram a memória e o estado da arte no "Livro Branco do SAAL: 1974 - 1976".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu dar uma visão sobre a formação do processo SAAL e antecedentes históricos com destaque na novidade da participação social, fundamental no processo construtivo. A relação estabelecida entre os atores envolvidos – movimentos sociais, brigadas técnicas, intelectuais e setores do Estado – demonstra a experiência singular, na qual cada um a sua maneira contribuiu para o desenvolvimento de metodologia participativa e para as transformações políticas e urbanísticas então concentradas em Portugal.

O processo SAAL, mesmo com curta duração (1974-1976), deixou um legado metodológico na cultura da habitação social. As cooperativas de habitação econômica que se desenvolveram pelo país, após o 25 de abril de 1974 incorporaram o método participativo e produziram conjuntos habitacionais marcados pela qualidade arquitetônica que se caracterizaram também pelo envolvimento dos moradores no processo, gerando sentimento de pertencimento e satisfação de seus moradores.

Acreditamos que essa experiência, apesar de desenvolvida, há quase 40 anos atrás, traz elementos essenciais e, portanto, é uma referência imprescindível para as políticas públicas habitacionais a serem desenvolvidas no Brasil e em outros países carentes de moradia digna.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Charles. *Habitação, Desenvolvimento e Urbanização.* Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

_____. José António. O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969: A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura. *Revista Crítica de Ciências Sociais.* Disponível em: http://rccs.revues.org/1816 ; DOI : 10.4000/rccs.1816 Acesso em: 9/04/2014.

COELHO, António Baptista. *INH 1984 – 2004*: 20 anos a promover a construção de habitação social. Lisboa: INH/LNEC, 2006.

_____. Sobre os "anos dourados" dos conjuntos cooperativos de habitação econômica. Mimeo, 2014.

LAUWE, Chombard de. Sociologia da Habitação: Métodos e Perspectivas de Investigação. Tradução de Nuno Portas. *Revista Arquitectura*, Lisboa, n. 68, 1960.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL. *Livro Branco do SAAL:* 1974-1976. Lisboa: VI Conselho Nacional do SAAL, 1976.

ENGELS, Friedrich. *Para a questão da habitação*. 1893. Disponível em: http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf Acesso em: 4/12/2013.

FATHY, Hassan. *Construindo com o povo*: arquitetura para os pobres. Tradução de Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro; São Paulo: Salamandra/Edusp, 1980.

FERNANDES et al. *Colóquio sobre Política de Habitação:* Relato final. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1969.

FRAMPTON, Kenneth. *História critica da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GRANDE, Nuno et al. *O Ser Urbano:* nos Caminhos de Nuno Portas. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012.

LISBOA. Ministério da Administração Interna. Diário do Governo, n. 182, 1ª série, 6-8-1974.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno. Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia*: caminhos da democracia participativa. Porto, 2003. p. 213-245. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/casas.html Acesso em: Acesso em: 04/04/2014.

PEREIRA, Nuno Teotónio. Pastas do arquivo pessoal de 1970 a 1980. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1980.

_____. Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIX, n. 127 (3º), p. 509-524, 1994. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376980G9tRH8gg4Lc58CZ0.pdf Acesso em: 03/04/2014

SALGUEIRO, Barata Teresa. *Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa*. Lisboa, 1975, Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1977-23/23_02.pdf Acesso em: 04/04/2014.

SANCHES, Débora; ALVIM, Angélica. Assessorias técnicas e movimentos de moradia na produção de habitação social na área central de São Paulo. *Anais do 6º projetar – Ensino, Pesquisa e Prática.* Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, realizado de 26 a 29 de novembro. Salvador, 2013.

TAVARES, Maria. *Casa Protótipo:* afirmação de uma caminho experimental em arquitectura. 2009. Disponível em: http://www.resdomus.blogspot.pt/2010/02/casa-prototipo-afirmacao-de-um-caminho.html Acesso em: 02/04/2014

TEIXEIRA, C. Manuel. As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. 1992. *Análise Social*. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1dLD4ro1Jn31VT6.pdf Acesso em: 04/04/2014.

TURNER, John F. C and et al., *The Architecture of Democracy.* Londres: Architectural Design, 1968.

_____. *Freedom To Build*. Londres: Turner, John F. C./ Fichte, Robert, 1972.

_____. *Housing by People*. Londres: Marion Boyars, 1976.